

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL: A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO DE PIRACICABA¹

Mônica Borges de Oliveira²

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar algumas discussões em torno do conceito de território, dentro de algumas vertentes, e de que forma este conceito vem sendo utilizado por algumas instituições no atual debate em busca de um desenvolvimento territorial. A mesorregião de Piracicaba teve a agroindústria canavieira como um vetor de desenvolvimento da região durante muito tempo, porém, na última década vem perdendo sua hegemonia para outras regiões. Em busca de avaliar o porque dessa perda de competitividade é que procuramos em primeiro lugar entender os fundamentos teóricos do processo de territorialização da economia mundial diante dos novos paradigmas de desenvolvimento territorial/local.

Palavras-chave: Território, desenvolvimento, ativos e recursos, agroindústria

1. INTRODUÇÃO

A conjunção dos sistemas local e regional caracteriza uma nova organização do território que caminha juntamente com a globalização da economia regional. A competitividade faz com que esse território se despoje no mercado internacional e dessa forma possa trazer desenvolvimento para região. Só poderá haver regiões que ganham no quadro de certo tipo de Estado nacional ou confederado, e esses Estados só “ganharão” na competição econômica internacional se souber suscitar esse tipo de “regiões que ganham” (BENKO, 1996). Para isso é fundamental a oferta potencial dos ativos e recursos específicos não susceptíveis na concorrência espacial/territorial. Desse modo precisamos analisar se a produção em questão contém especificidades próprias desse local e que o levará a ter vantagens comparativas, ou seja, que tenham um maior aproveitamento das potencialidades dos ativos e recursos territoriais locais, a partir da identificação do apoio de instituições coordenadoras, de oportunidades de inovação na produção e na ampliação de mercado para produtos e serviços produzidos localmente além de uma maior especialização

¹ Este trabalho é parte da discussão teórica da pesquisa de iniciação científica “A Cadeia Produtiva da agroindústria canavieira e o Desenvolvimento Local” orientada pelo Prof. Dr. Élon Luciano da Silva Pires e financiada pelo PIBIC/CNPq.

² Universidade Estadual Paulista
e-mail: mbo_net@yahoo.com.br

produtiva, de melhor qualificação profissional e capacitação tecnológica. O objetivo deste trabalho é avaliar a competitividade da Agroindústria Canavieira da Mesorregião de Piracicaba a partir desses recursos específicos, de forma a avaliar a sua capacidade de se inserir no mercado externo e promover o desenvolvimento local.

Na primeira parte do trabalho faremos uma abordagem geral do debate em torno do conceito de território que busca sanar algumas questões, como o de limite e fronteira e suas relações com a formação de redes, levando em consideração que o território tem uma conotação mais complexa do que a simples dominação de um espaço e que tem um papel ativo dentro da lógica do desenvolvimento territorial.

Na segunda parte abordaremos a questão dos ativos e recursos como ponto chave em busca de competitividade, onde o território é a um só tempo um recurso disponível e a ser criado.

Na terceira parte tentamos entender a agroindústria canavieira, dentro dessas perspectivas, já que nas últimas décadas a agroindústria foi um importante vetor de desenvolvimento para mesorregião de Piracicaba. Por fim tecemos algumas considerações sobre as implicações desses conceitos para a análise da agroindústria canavieira e seus respectivos "problemas".

2. OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES

2.1 O território

A primeira descrição do conceito de território veio das ciências naturais. Para os naturalistas o território seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com os domínios de outras espécies (ANDRADE, 1995). Os naturalistas se preocupavam com o território animal e não com o território humano, mas, mesmo o território animal já trazia características de poder (dominação) e de competição pelos territórios. Em ciências sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e também por Élisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Hoje o território tem uma conotação mais complexa do que a simples dominação de um espaço, pois tem em seu âmago o poder exercido pelas redes formadas a partir das relações de poder.

Fischer (1999) nos chama a atenção para o problema de muitas disciplinas das ciências humanas onde as teorias e os conceitos estão mal estruturados, como foi há muito tempo e ainda é o caso da geografia, que nada é mais temível que os termos da moda onde cada um adota-o a sua maneira sem os cuidados devidos quanto ao sentido e o uso. Notamos nos últimos tempos um uso intenso do conceito de território como saída para os problemas locais. O desenvolvimento do território se tornou o chavão do momento, no entanto a aplicação dele muitas vezes se confunde entre potencial ou diferenciação de cada lugar e instância de poder.

O conceito de território ainda é muito confundido com o de espaço. Raffestin (1981) coloca que para sanar essa questão precisamos lembrar que o espaço é anterior ao território e que o território se forma a partir do espaço. O território seria um espaço apropriado e utilizado, que segundo Fischer (1999) é necessariamente dotado de infra-estruturas, de superestruturas e de equipamentos, já o espaço pode ser desprovido de todo equipamento. Raffestin (1981), no mesmo sentido, descreve o território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Essa produção a partir do espaço acontece com base nas relações que a envolve e que se inscreve num campo de poder. Quando falamos em termos de gestão falamos da forma pelo qual um grupo dotado de poder decide como o espaço vai ser apropriado se tornando um território onde tal grupo é quem vai direcionar as decisões referentes ao desenvolvimento daquele espaço. Portanto produzir uma representação do espaço é uma forma de apropriação e de controle do espaço.

Seguindo o raciocínio de Raffestin o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, no entanto cada ator representa o espaço do seu ponto de vista. A representação desse espaço pode ser feita de acordo com o ponto de vista de determinado ator ou atores. Mesmo que os objetivos coincidam se os atores forem diferentes a representação será diferente. Isso nos leva a refletir sobre a possibilidade de um mesmo espaço ser considerado como sendo dois territórios diferenciados de acordo com o ponto de vista de cada ator. Desse modo poderíamos inscrever tantas imagens territoriais quantos objetivos intencionais diferentes houver.

O poder vai se instaurar de acordo com essas visões diferenciadas, como demonstra Souza (1995): "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". O que é assinalado por este autor é o caráter flexível do que possa ser o território. Para Souza (1995), o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo,

um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders).

Em outras palavras, territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Nos termos de Souza (1995), "...territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica". O que vai depender dos interesses do ou dos atores.

Um exemplo simples e que demonstra bem essa questão foi colocado por Raffestin (1981):

A exemplo do projeto de construção de estradas de ferro na Itália. Entre 1845-46 e 1961, cinco projetos ou cinco imagens da rede ferroviária foram formulados. Eles revelaram objetivos intencionais congruentes, mas, contudo diferentes. Enfim, a rede real não corresponde a nenhum desses projetos, mas resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores em causa.

A partir desse exemplo podemos verificar o conceito a partir da interpretação de Fischer (1999) onde o território é um espaço limitado, no qual se exercem poderes (controle, organização), inscrevem-se projetos sociais (planificação, desenvolvimento), experimenta-se estratégias de valorização (exploração de recursos), confronta-se os interesses mais ou menos conflituais de diferentes atores.

Quando o autor se refere ao termo "espaço limitado" nos remete a uma questão central que esta ligada ao conceito de território que são os termos limite e fronteira. O território pressupõe um limite que muitas vezes é confundido com fronteira, o que acaba remetendo ao território um sentido político-administrativo.

É bastante comum considerar os termos fronteira e limite como sinônimos. O trabalho de Machado (2004) mostra um panorama da problemática desses dois termos mostrando que existe, contudo, diferenças essenciais entre eles que escapam ao senso comum. A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere -- que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir.

A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial).

As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligada a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

No rastro da institucionalização de mercados regionais transacionais está ocorrendo a mutação da perspectiva do estado em relação ao papel dos limites e das fronteiras. A fronteira pode ser estendida ‘para fora’, não a partir do estado central, o que provocaria conflito, mas a partir dos lugares. Cada lugar quer estender sua esfera de influencia e reforçar sua centralidade além dos limites internacionais e sobre as faixas de fronteiras.

O próprio conceito de lei territorial está sendo modificado pelos estados. Observa-se a crescente manipulação dos limites do território sob sua jurisdição, de modo a criar territorialidades específicas, onde os regulamentos internos ao país são relaxados e modificados. Isso se observa tanto na criação de territórios especiais, sujeitos a legislação específica, no interior do estado nacional, como na criação de territórios-simulacros-de-estado que coexistem com os estados ‘históricos’ de maneira integrada e funcional. Esse segundo caso corresponde aos paraísos fiscais e centros financeiros ‘offshore’ e ‘inshore’ que proliferam pelo mundo afora, e que podemos definir como lugares onde se dá á

interface entre o sistema de estados territoriais e o sistema financeiro internacional (MACHADO, 2004).

Amparados pela legislação do governo central, os territórios-nódulo com legislação específica podem formar uma rede própria no interior do estado nacional, ou seja, um território específico. O papel das redes - sejam aquelas produzidas pela 'ordem espontânea', sejam aquelas construídas pela 'ordem organizada' - é essencial para a compreensão da mutação de perspectiva dos territórios, e também das populações, em relação aos limites e as fronteiras.

A palavra rede é empregada hoje em numerosos campos de investigação, visando objetivos muito diferenciados que, em conseqüência, tornam seu significado polissêmico. A receptividade com que foi acolhida esta noção no mundo científico, se deve, em grande parte, aos progressos impressionantes da ciência informática e dos sistemas de telecomunicação. No entanto, seu sucesso não se limita à representação de objetos concretos em situações particulares se deve igualmente à sua utilização como instrumento heurístico.

É possível argumentar, do ponto de vista geográfico, que a utilização das redes como instrumento heurístico se deve à representação da ação à distância, que se associa, assim, à extensão territorial. Nessa representação, o território não é um elemento neutro, e sua condição material não deve ser oposta à presumida condição imaterial da ação à distância.

Isso se deve não só ao fato que as redes ajudam a compreender a relação entre território e ação à distância, mas porque elas esclarecem igualmente o próprio conceito de território, se aceitarmos a noção sugerida por Raffestin (1981), segundo a qual as redes constituem um meio de produzir o território. Deste ponto de vista, a densidade e a diversidade das redes presentes no espaço geográfico seriam um fator essencial para determinar os limites do território. A diversidade das redes pode ser apreendida através de uma classificação simples como esta que sugerimos: redes naturais (rede fluvial; rede de caminhos), redes infra-estruturais ou técnicas, (transporte;comunicação), redes transacionais (poder econômico-político), redes informacionais (cognitivas).

Esclarecido os pontos principais que permeiam o conceito devemos agora fazer uma ligação desses pontos á forma como o conceito vem sendo operacionalizado. Nos últimos tempos o conceito de território vem se tornando um termo da moda do qual várias instituições o utilizam para suscitar o enfoque territorial como saída para o desenvolvimento de certos lugares.

2.2 O desenvolvimento

O desenvolvimento tem em seu âmago um sentido de transformação com o intuito de alcançar certos padrões de modernidade. Isso inclui alcançar níveis de produtividade e níveis de consumo que os países “desenvolvidos” alcançaram.

Se agora retomarmos a ligação entre territórios e desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento territorial, este pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. O desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de vantagens locacionais, no qual o território é considerado um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento econômico regional, a um só tempo disponível e a ser criado; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). O desenvolvimento territorial é uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

Assim sendo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também de solidariedade no desenvolvimento nacional e internacional. A pressão territorial das regiões provém de aglomeração geográfica de pessoas e atividades econômicas, e se exprime nos aumentos diferenciados da produtividade no território nacional.

No Brasil, essas experiências de desenvolvimento territorial local foram inicialmente estimuladas por três fatores principais: (i) a busca de oportunidades de emprego e renda no âmbito municipal; (ii) a necessidade de atrair investimentos por meios da “guerra fiscal” entre estados e regiões; (iii) a descentralização constitucional dos serviços públicos (Affonso, 2001). Entretanto, outras experiências de indução do desenvolvimento territorial como os Arranjos Produtivos Locais, os Consórcios de Municípios, os Comitês de Bacias e os Eixos de Integração, foram se constituindo no final dos anos 90 em alternativas de governança territorial que parecem alterar a antiga noção do desenvolvimento regional do país. Assim, faz-se necessário o entendimento das identidades e dos novos fatores sócio-espaciais que apresentam alternativas e variedades de possíveis modos de desenvolvimento e de regulação local/regional dos territórios.

Nas regiões industrializadas, os arranjos produtivos locais reticulares, horizontais ou atrelados a grandes empresas foram e são ainda determinantes para a emergência de projetos alternativos de desenvolvimento nessas regiões, que souberam mobilizar seus recursos e competências territoriais (Monié & Silva, 2003). Entretanto, nas regiões rurais desfavorecidas de indústrias manufatureiras e de recursos humanos qualificados, o

patrimônio natural e cultural são determinantes para o desenvolvimento local, assim como a sensibilização dos atores sociais das comunidades para agirem sobre suas vocações e potencialidades. Nesses casos, a questão do desenvolvimento local vem atrelada à harmonização de políticas públicas com os interesses locais (Pires & Reis, 2001).

Em qualquer das situações abordadas anteriormente, para que o meio local se engaje em um processo de desenvolvimento endógeno, são necessárias certas condições. Essas condições são específicas a cada um dos meios locais. Elas apresentam níveis e situações diferentes entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Segundo Pecqueur (2001:46-7), cada processo de desenvolvimento local decorre de três condições básicas: da capacidade de se inovar, da capacidade de se adaptar e da capacidade de se regular. É a ação dinâmica das redes de atores formais e informais que permite a realização conjunta dessas condições.

A inovação pode ser técnica e social. A inovação técnica diz respeito a um novo produto ou um novo processo de fabricação, concebido por um empreendedor individual ou coletivo (empresa, grupo). Ela é aplicada na organização da produção e do trabalho, alterando a organização social de conjuntos de empresas (por exemplo, a flexibilidade). A capacidade de inovação técnica de um meio industrial compreende as descobertas tecnológicas e a ruptura dessas rotinas. Por sua vez, a inovação social mostra a importância do efeito da inovação técnica sobre as transformações sociais e as relações com o poder, que compreende um contexto de tensões sociais, econômicas e políticas (Fontan & Klein & Tremblay, 2004). Esse caminho mostra, novamente, a importância de contar com um entorno territorial inovador que facilite a cooperação ou a associação empresarial em aspectos estratégicos, tais como o sistema local de difusão, da adaptação de tecnologias ou o desenho apropriado de P&D (Llorens, 2001).

Além das inovações técnicas e sociais locais, o desenvolvimento de um território requer uma inovação integrada como um patrimônio comum. Nem sempre esta inovação é bem aceita por todos em condições de se integrar (por exemplo, quando se trata de mudar a cultura do trabalho ou o sistema de relações profissionais em vigor no território).

A capacidade coletiva em inovar de um meio econômico local tem a finalidade de garantir a segunda condição do desenvolvimento: a capacidade do meio de se adaptar e reagir às mudanças dos mercados mundiais.

A solidariedade espacial no processo de adaptação se configura em torno de um coletivo de empreendedores aberto a outros atores (bancos, poderes públicos, associações, consumidores etc). Este coletivo de atores deve estar inserido na cultura do meio onde está instalado. Ele deve ter uma consciência clara e positiva de sua identidade local e da sua

cultura industrial, mas deve, da mesma maneira, ser reconhecido e legitimado como tal pelo conjunto do corpo social. A solidariedade espacial é o resultado de um ambiente favorável, que permite que as relações de rede se adaptem às inovações e às necessidades vindas do exterior.

3. ATIVOS E RECURSOS COMO DIFERENCIAL DO TERRITÓRIO

A globalização da economia regional caminha juntamente com o estabelecimento de uma nova organização territorial, que se caracteriza por sua estrutura estratificada, ou seja, pela conjunção, no território, de dois sistemas organizacionais: o local e regional (BENKO, 1996, p. 79).

A questão da competitividade faz com que esse território se desdobre na “economia-mundo”, ou seja, que esse território seja mais uma ilha econômica dentro deste chamado arquipélago global (BRAUDEL, 1985, p.85). Para Benko (1996), só poderá haver regiões que ganham no quadro de certo tipo de Estado nacional ou confederado, e esses Estados só “ganharão” na competição econômica internacional se souber suscitar esse tipo de “regiões que ganham”. Portanto a competitividade é um dos pontos de partida para compreender a estabilidade do conjunto.

Schejtman e Berdegué utilizaram o conceito de Desenvolvimento Territorial Rural de forma a distinguir um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, de forma que essa reestruturação produtiva tenha o propósito de articulação e competitividade econômica do território frente a mercados dinâmicos. A categoria território é aqui colocada não como um espaço físico “objetivamente existente”, mas uma construção social. O território é denominado como um conjunto de relações sociais que dão origem, e que logo expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados (BRAUDEL, 1985, p.85). Entendemos que cada território pode trazer especificidades que serão um fator de diferenciação diante da concorrência e pode trazer respostas para algumas questões. Dentro do enfoque do Desenvolvimento Territorial Rural, Schejtman e Berdegué consideram alguns elementos como de fundamental importância:

1. A competitividade determinada pela ampla difusão do progresso técnico e do conhecimento é uma condição necessária de sobrevivência das unidades produtivas;
2. A inovação tecnológica que eleva a produtividade do trabalho é uma determinante crítica do melhoramento do ingresso da população pobre rural;

3. A demanda externa ao território, que é o motor das transformações produtivas, que é essencial para os incrementos da produtividade e da receita;

Partimos da hipótese de que a chave para que a Agroindústria Canavieira tenha um bom desempenho no mercado externo seria necessário ir além da competitividade com base nos fatores clássicos de produção (matéria-prima, capital e trabalho) nem dos custos de transporte (proximidade geográfica). Colocamos como fundamental a oferta potencial dos ativos e recursos específicos não susceptíveis na concorrência espacial/territorial. Desse modo precisamos analisar se a produção em questão contém especificidades próprias desse local e que o levará a ter vantagens comparativas.

Essa forma de análise consiste em distinguir, de uma parte, ativos e recursos, de outra parte, a requalificar os ativos ou os recursos segundo sua natureza, genéricos ou específicos.

Os ativos podem ser entendidos como os fatores em “atividade”, enquanto que por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente (BENKO; PECQUEUR 2001, p.43).

Ativos ou recursos genéricos definem-se pelo fato que seu valor, ou potencial, é independentemente de sua participação a um determinado processo de produção (GAFFARD, 1990 apud BENKO; PECQUEUR 2001, p.43). Os ativos ou recursos são assim totalmente transferíveis, seu valor de troca que se realiza no mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo (BENKO, PECQUEUR 2001, p.43).

Os ativos específicos são fatores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis, onde o valor está ligado a um uso particular, discriminado pelos custos irreparáveis de transferência e de transação.

Devemos ressaltar ainda que os recursos específicos só existem no estado virtual e não pode em nenhum caso ser transferido. Esses recursos nascem de processos interativos e são engendrados em sua configuração e constituem a expressão de um processo cognitivo que é engajado quando atores tendo competências diferentes produzem novos conhecimentos pela disponibilização desses últimos (BENKO; PECQUEUR, 2001, p.42).

Portanto, o território tem de ser visto como algo que está em constante processo de mudança, como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre as escalas geográficas, entre o Estado, a sociedade e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos seus ativos e recursos.

O desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de vantagens locais, no qual o território é considerado um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento econômico regional, a um só tempo disponível e a ser criado; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). O desenvolvimento territorial é uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

Assim sendo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas. Desse modo podemos averiguar se há fatores de diferenciação dentro da Cadeia Produtiva da Agroindústria Canavieira que podem levar a uma maior aceitação do mercado externo ou que venha a demonstrar seus pontos fracos. Um dos exemplos que podemos constatar como destaque é a ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo) que tem uma forte participação no desempenho da Cadeia Produtiva e que vem se mostrando um dos pontos de diferenciação da produção de cana na mesorregião de Piracicaba.

1. A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E SEU PAPEL NA MESORREGIÃO DE PIRACICABA

Diante desses novos paradigmas é que procuramos entender a agroindústria canavieira que nas últimas décadas foi um importante vetor de desenvolvimento para mesorregião de Piracicaba. A produção de cana-de-açúcar sempre esteve presente na economia do Brasil e especialmente na economia paulista. A criação do PROÁLCOOL, que teve sua primeira fase iniciada em 1975, tinha como objetivo o aumento da produção de safras agro-energéticas e a capacidade industrial de transformação, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, P. 55-56). Esse incentivo por parte do governo deu um grande impulso para a produção de cana-de-açúcar com grande destaque para a mesorregião de Piracicaba que além de ser sede da ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo) recebeu diversas indústrias de apoio a produção da cana-de-açúcar que trouxeram emprego e renda para região. Os incentivos e subsídios por parte do governo para o PROÁLCOOL diminuíram a partir da década de 80, quando surge a idéia de desenvolvimento localizado que se insere no cenário de municipalização dos territórios nacionais com a descentralização do Estado, deixando nas mãos dos produtores e demais integrantes da Cadeia Produtiva as rédeas da organização do que seria um novo território responsável pelo seu desenvolvimento e desenvolvimento da região.

A idéia de que o desenvolvimento é localizado e dependente de ativos e recursos próprios a certas regiões (“capital natural”, “capital humano”, “capital social”), está na origem de numerosos estudos que trazem novas luzes para entender os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional. Para a região de Piracicaba o patrimônio histórico, cultural e natural sempre esteve presente. Nele já existe uma rede de organização da produção que tem fortes instituições como é o caso da ORPLANA. Porém tem muitos desafios que terá que enfrentar se quiser ganhar na concorrência espacial. Um deles está na utilização da colheitadeira que substitui a queima e a mão-de-obra agilizando o corte e favorecendo a produtividade. Em muitos municípios da região a implantação ainda não pode ser feita, pois a declividade das áreas de cultivos são superior ao limite da colheitadeira. Outro problema se situa na nos embargos tarifários impostos pelos países que importadores que vêm na mão-de-obra empregada no campo um desrespeito a leis trabalhistas e na queima um desrespeito ao meio-ambiente. Em um mundo competitivo tudo é levado em consideração. Os produtores se defendem dizendo que esse é mais uma das desculpas empregadas pelo neoprotecionismo, porém é dessas entre outras questões que dependem a melhoria nas exportações, ou seja, é o preço que se paga para estar em dia com as exigências do mercado.

No atual debate do governo podemos destacar a preocupação em criar uma nova institucionalidade para tratar do planejamento e do desenvolvimento dos “negócios regionais”, ou seja, uma ligação direta da União com os municípios que tem um grande potencial a ser explorado. No caso da agroindústria canavieira o governo vem manifestando interesse em investir, para que Piracicaba se torne em um centro de excelência em pesquisas sobre o Biocombustível, valorizando assim toda a Cadeia Produtiva da agroindústria canavieira e estabelecendo um debate sobre sua importância para o desenvolvimento local. Esse interesse surgiu a partir do fim da velha imagem de ineficiência e atraso do setor sucroalcooleiro, pois isso não reflete mais nos resultados que o setor vem obtendo, pois, atualmente São Paulo é responsável por aproximadamente 60% do total da cana-de-açúcar moída do país, 64% do açúcar produzido e 62% do álcool (AMARAL; NEVES; MORAES, 2003). A mesorregião de Piracicaba tem uma participação significativa nessa produção e trouxe nas últimas décadas, através da agroindústria, um desenvolvimento para região que hoje se encontra estagnado.

Além de superar seus problemas estruturais a agroindústria tem agora o papel de ser competitiva no disputado mercado internacional e ao mesmo tempo promover um desenvolvimento local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o relatório do SEBRAE (2003) o desempenho competitivo dos sistemas industriais começou a ser pensado a partir de fatores extra-firma: as externalidades. Toda uma série de novas noções foi mobilizada para dar conta dos fatores da competitividade: dinâmicas regionais, efeitos de proximidade espacial, sistemas locais ou nacionais de inovação, forma de coordenação institucional, ambiente industrial, redes. Além do capital físico e do capital humano, o desenvolvimento passa a ser explicado também por outras formas de capital: o social, o intangível, o cognitivo. No marco teórico que fundamenta essa, visão, verifica-se a convergência de pelo menos duas importantes correntes do pensamento contemporâneo: por um lado, a que enfatiza a noção de capital social, como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas; por outro a que privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento e que insiste na idéia de que a competitividade é um atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada firma. O que se pode considerar através dessa teorização é que essa rede de relações que tece o território, agora, parte de outros fatores, alheios aos poderes externos. Dessa forma poderíamos considerar que o local tem condições de não ser esmagado pelo fenômeno global através de seus próprios atributos, pois agora só é preciso descobrir suas potencialidades, formar uma rede de relações e ter um bom projeto logísticos para se criar um território competitivo frente a outros territórios.

Da mesma maneira que o SEBRAE toma o enfoque territorial como sendo a fonte de todos os problemas outras instituições governamentais também o enxergam desta maneira. O que não podemos esquecer dentro dessa problemática é justamente o fato de que para construir um território além dos atributos que ele precisa ter ainda é preciso enfrentar as forças exógenas que o pressionam e que ainda tem o poder de influenciar o seu desenvolvimento, ou seja, e preciso superar os interesses unilaterais.

Toda essa discussão leva a uma caracterização do conceito, pois nesse sentido a sociedade estaria incumbida de construir territórios que promovessem o desenvolvimento e não mais a partir das relações de poder de apenas alguns atores. É necessário estabelecer uma rede de solidariedade conjunta que não deixe para fora nenhuma parte dessa teia de relações que se tornou necessária para o desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista de Economia Aplicada – v. 4, n° 2, abril/junho 2000.

AMARAL, T.M; NEVES, M.F; MORAES, M.A.DL. Cadeias produtivas do açúcar do Estado de São Paulo e da França: comparação dos sistemas produtivos, organização, estratégias e ambiente institucional. São Paulo: **Agricultura de São Paulo**, n°50, v.2, 2003, p. 65-80.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos do território e o território dos recursos. **Geosul: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis**, v.16, n.32, p. 31-50, jul-dez 2001.
- BRAUDEL, F. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Arthaud, 1985.
- BRAY, S.C.; FERREIRA, E.R.; RUAS, D.G.G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.
- FISCHER, A. Os territórios depois da ANPEGE-1997. **Revista Formação** – Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (Faculdade de Ciências e Tecnologia), n° 6, p.99-102, 1999.
- LLORENS Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local. Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política**. BNDES, Rio de Janeiro, 2001.
- MACHADO, L.O. **Limites, Fronteira e Redes**. In: T.M Strohaecker e outros. *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: AGB, P. 41-49, 1998. disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/publicacoes.htm>>. Acesso em: 14. jun.2004.
- MONIÉ Frédéric & SILVA Gerardo (Orgs.). **A Mobilização Produtiva dos Territórios: instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2003.
- PECQUEUR, Bernard. **Le Développement Local**, Ed. Syros, 2ème édition, Paris, 2000.
- PIRES Elson L.S. & REIS FILHO, José C.G. dos . **“Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil”**. Artigo apresentado no *XXIII Congresso Latinoamericano de Sociologia*, Antigua, Guatemala, 2001.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L (et alli) (org). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 5-20.
- _____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**: Rio de Janeiro, ano XIII, n°2, 1999, p. 5-26.
- SEBRAE. **A mobilização dos territórios para o desenvolvimento**. Brasília: (Versão para discussão interna), 2003.
- SCHJEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J.A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Documento elaborado para la División América Latina u el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo, 2003. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>> . Acesso em 22 out. 2003.
- SOUZA, M.J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias (et alli) (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995, p. 77-116.